



Primeiro round

ENTREVISTA Deyvid Bacelar, da Federação Única dos Petroleiros, faz um balanço da greve e promete manter a mobilização contra a privatização da Petrobras

POR VICTOR CALCAGNO

Na sexta-feira em que subiu para o quarto andar do carioca edifício sede da Petrobras, a fim de reverter demissões em massa ocorridas em uma subsidiária paranaense, o dirigente da Federação Única dos Petroleiros Deyvid Bacelar não esperava que

só sairia do prédio dali a 21 dias. Ao lado de quatro outros petroleiros, a greve foi a maior da categoria desde a década de 1990. Mobilizou milhares de funcionários em todo o País, suspendeu as demissões até o início de março, além de forçar nova discussão sobre a tabela de turnos seguida pelos funcionários – tudo

comandado dentro do “andar do RH”, como Bacelar se refere à ocupação.

Apesar de a reunião mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 21 de fevereiro, ter sido um “avanço”, nas palavras do próprio dirigente, o objetivo ainda é garantir o reaproveitamento dos trabalhadores da Araucária Nitrogenados, conhecida pela sigla Ansa, em outras unidades da empresa e a discussão de um pacote de benefícios considerado justo para aqueles que preferirem sair, um debate previsto para o dia 27.

Bacelar é enfático ao dizer, porém, que a greve não está encerrada, e sim suspensa. Para o sindicalista, o movimento pode voltar com a mesma força, caso a Petrobras “não cumpra com os termos do Acordo Coletivo firmado em 2019”. O petroleiro denuncia ainda que a empresa passa por um “processo de privatização



por partes” que tenta “burlar o STF” ao focar na venda de subsidiárias.

CartaCapital: Quando vocês ocuparam a sede da Petrobras, imaginavam uma greve tão duradoura?

Deyvid Bacelar: Quando acessamos o prédio, a primeira expectativa era a de que a gestão da empresa desse uma resposta no mesmo dia sobre os pontos que tínhamos apresentado. Imaginávamos que a alta administração não desejaria enfrentar uma greve dessas, mas fomos pegos de surpresa pela negativa imediata da Petrobras. Tínhamos decidido ficar ali em algum tipo de ocupação, mas não pensávamos que fosse durar muito tempo, principalmente porque achamos que poderiam ter êxito rápido os pedidos de reintegração de posse. Felizmente, no entanto, essas decisões nos foram favoráveis e garantiram o nosso direito de greve. Os 21 dias confinados ali foram duros, principalmente os primeiros, passando por cortes de luz e água. Ainda assim, conseguimos comandar a greve. Fizemos tudo dentro do andar em que fica o RH da empresa, o que é curioso.

CC: A greve foi, de fato, bem-sucedida?

DB: Nosso grande objetivo era forçar a gestão da empresa a respeitar os sindicatos, os petroleiros e a mesa de negociação coletiva, na qual sempre fomos ouvidos e tínhamos nossa opinião levada em consideração. A Petrobras está sendo obrigada a reconhecer uma cláusula do Acordo Coletivo que firmamos no ano passado e que trata exclusivamente das demissões em massa. Qualquer decisão a esse respeito deve ser negociada previamente com os sindicatos. Ainda assim, precisamos aguardar alguns resultados, principalmente com relação à situação dos trabalhadores da Ansa.

CC: Qual é a expectativa para esses trabalhadores?

DB: O pleito principal é, sem dúvida, a Petrobras absorver os trabalhadores que

“Há uma movimentação clara da empresa em vender as subsidiárias”, alerta o sindicalista

querem continuar na empresa por meio de outras unidades. Para aqueles que não desejam essa saída, arranjar outra forma de compensá-los. Estamos buscando uma melhora no pacote de benefícios oferecidos aos funcionários atingidos, de forma que essa contrapartida seja, nesses casos, mais conveniente para eles. De todo jeito, a vontade é que essa subsidiária dê a oportunidade da transferência, uma vez que há clara falta de efetivo em várias unidades e a empresa já ofereceu essa oportunidade no passado, como no caso da antiga Petromisa na década de 1990 e, mais recentemente, em termelétricas incorporadas ao sistema Petrobras.

CC: Há uma reclamação constante por parte dos sindicatos de que a empresa tem

caminhado para a privatização. O senhor diria que, no fundo, esse descontentamento foi o principal motivo da greve?

DB: Todos esses episódios que aconteceram, principalmente o das demissões em massa na Ansa, mas também o do esvaziamento dos espaços de diálogo e do aumento dos índices de terceirização, sinalizam que a gestão atual da empresa caminha para a privatização. É claro que existe a pauta corporativa, que foi tratada com o TST nas reuniões, mas toda a mobilização sem dúvida alguma está ligada a essa perspectiva. Acredito que há uma movimentação clara da Petrobras em vender subsidiárias, além de criar ou transformar unidades em subsidiárias para vendê-las depois. Isso é uma forma de burlar o STF e privatizar a empresa aos poucos, já que qualquer processo parecido em empresa pública deve passar por aprovação do Congresso. Em razão

Liderança. Bacelar esteve à frente de uma ocupação de 21 dias no edifício sede da Petrobras no Rio de Janeiro, e conseguiu significativos resultados



Seu País



disso, trabalhamos por um decreto legislativo capaz de impedir a privatização de empresas subsidiárias.

CC: A Petrobras afirma que a Ansa causava prejuízos, mas os petroleiros argumentam que essa decisão é um “tubo de ensaio” para outras medidas. Quais?

DB: Na verdade, o que estamos disputando é a interpretação de cláusulas firmadas em acordos coletivos. Se conseguirmos fazer essa demissão em massa como pretendem, sem aproveitamento em outras unidades, terão justificativa para a mesma atitude em outros lugares, como nas refinarias subsidiárias. Essa discussão está dentro do conselho da empresa em que trabalho, a Refinaria Landulpho Alves. Desejam criar, ali, uma subsidiária para vendê-la em seguida, sem passar pelo Congresso. Tudo o que a gestão oferece aos trabalhadores, nesses casos, é um pacote de demissão com alguns benefícios e um programa de requalificação no mercado de trabalho. A privatização, dessa forma, acontece aos pedaços, mas ocorre. E em alta velocidade.

CC: Depois da Operação Lava Jato, alimentou-se uma indignação pública em relação à Petrobras. O senhor vê essa confiança se restabelecer em um futuro próximo?

DB: Sim. Primeiro, porque a maioria dos brasileiros não é a favor da privatização da Petrobras. Segundo, porque somos claramente contra essa política de preços baseada na paridade de importação, o que faz as taxas pelo combustível praticadas aqui serem altas. Além disso, a quantidade de manifestações de apoio que tivemos durante a greve nos faz crer que as pessoas acreditam no potencial da Petrobras. A companhia foi criada

Trunfo. “A população sabe que somos claramente contra essa política de preços baseada na importação, o que faz o valor dos combustíveis aumentar no Brasil”

na década de 1950 por Getúlio Vargas com grande apoio popular, até da classe média. É desse clamor público que precisamos para defendê-la como merece, agora.

CC: Caso os trabalhadores não sejam transferidos, a paralisação recomeça?

DB: Sem dúvida, existe essa possibilidade. Essa greve não será a única deste ano nem do governo Bolsonaro. Até porque vemos o anúncio da venda de inúmeros ativos da empresa. Além da luta em defesa dos direitos garantidos no acordo coletivo e dos empregos, existe a ameaça de real destruição ou desmonte de áreas em que hoje atua a Petrobras. A depender deste governo, a companhia será apenas exportadora de óleo cru e gás. O importante, agora, é reconhecer que a categoria dos petroleiros acumulou forças para uma próxima luta e que ela não deve estar muito distante no horizonte. •

Os petroleiros acumularam forças para uma próxima luta, e ela não está muito distante no horizonte

RENATO LUIZ FERREIRA